



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR UNIDADE
ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

FELIPE CABRAL CAVALCANTI

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENDIVIDAMENTO DE EMPRESAS

João Pessoa

2025

FELIPE CABRAL CAVALCANTI

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENDIVIDAMENTO DE EMPRESAS



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Orientador(a): Dr. Robson Oliveira Lima

JOÃO PESSOA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *Campus* João Pessoa

C377p Cavalcanti, Felipe Cabral.

O papel da educação financeira no endividamento de
empresas / Felipe Cabral Cavalcanti. – 2025.
46 f. : il.

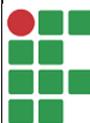
TCC (Graduação – Curso Superior de Bacharelado em
Administração) – Instituto Federal de Educação da Paraíba /
Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, 2025.

Orientação: Prof^o Dr. Robson Oliveira Lima.

1. Endividamento de empresa. 2. Gestão financeira. 3. Po-
der de crédito. 4. Tomada de decisão. I. Título.

CDU 005.57:64.031(043)

∴ Bibliotecária responsável: Lucrecia Camilo de Lima – CRB 15/132



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

CAMPUS JOÃO PESSOA

COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS JOÃO PESSOA

AVALIAÇÃO 25/2025 - CCSBA/UA5/UA/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

Em 19 de agosto de 2025.

FOLHA DE APROVAÇÃO

FELIPE CABRAL CAVALCANTI

Matrícula 20162460046

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENDIVIDAMENTO DE EMPRESAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em **19/08/2025** no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, **19** de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Robson Oliveira Lima (IFPB)

Orientador(a)

Herbert José Cavalcanti (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Odilon Saturnino Silva Neto (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Robson Oliveira Lima**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/08/2025 21:19:04.
- **Odilon Saturnino Silva Neto**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/08/2025 15:01:19.
- **Herbert Jose Cavalcanti de Souza**, COORDENADOR(A) DE CURSOS - FUC1 - UA5-JP, em 25/08/2025 13:59:35.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/08/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 751609
Verificador: 2815264b90
Código de Autenticação:



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

FELIPE CABRAL CAVALCANTI

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENDIVIDAMENTO DE EMPRESAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**

João Pessoa, 19 de Agosto de 2025

RESULTADO:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Robson Oliveira Lima
(IFPB) Orientador

Prof. Dr. Herbert José Cavalcanti
(IFPB) Examinador interno

Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto
(IFPB) Examinador interno

DEDICATÓRIA

Gostaria de dedicar tudo primeiramente a Deus por todo seu amor e graça na minha vida, pois até aqui Ele me sustentou. Em segundo lugar a minha família por todo apoio, a minha querida mãe que por diversas vezes me apoiou entre idas e vindas da faculdade, a minha querida avó, a qual aprove a Deus recolhê-la, por todo amor e apoio que me deu em toda sua vida. Aos meus familiares, nas pessoas de Gabrielle e Larissa, minhas primas, que sempre estiveram comigo, sempre me escutaram quando precisei. Dedico e agradeço imensamente ao meu amigo, irmão e companheiro de faculdade e da vida, Ismael Mendes, que sempre esteve junto comigo em praticamente toda caminhada da faculdade, assim também em diversos momentos importantes da minha vida, também a todos meus colegas que conheci e convivi durante todos esses períodos. Por fim, mas não menos importante, gostaria de dedicar a minha noiva e futura esposa, por tudo que tem feito por mim e por nós, uma fiel companheira, que me estimula a crescer cada dia mais cuidadosa e atenciosa, que sempre prestou seu apoio na criação desse estudo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao meu professor e orientador, Robson Oliveira, pelo apoio e orientação prestados, bem como pela gentileza em aceitar o convite para compor a banca avaliadora deste trabalho.

Agradeço igualmente à professora Ceres, pela valiosa ajuda e pelas orientações transmitidas por meio do grupo que coordena no WhatsApp.

Estendo meus agradecimentos a todos os professores que tive a oportunidade de conhecer ao longo do curso, cujos ensinamentos foram fundamentais para a minha formação e para o profissional que me tornei.

RESUMO

A educação financeira nas empresas é um tema de extrema importância para os empreendedores, pois a gestão financeira inalcunçada é uma das principais causas do fracasso empresarial. Diante desse contexto objetivou-se com este trabalho de descrever os critérios e metodologias que uma empresa poderia utilizar para auxiliar na sua tomada de decisão quanto ao crédito. A opção acerca do tema foi pelo exploratório, onde foram utilizados métodos como pesquisa bibliográfica, através de coleta de dados em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses. Utilizou-se como base de dados as plataformas do Google Acadêmico e do *Scielo*. A técnica dos 5C's é um método de análise de crédito que permite às instituições financeiras avaliarem a capacidade de uma empresa honrar seus compromissos financeiros. Ao analisar os cinco fatores principais – caráter, capacidade, capital, colateral e condições –, os credores conseguem compreender melhor o perfil do solicitante e, conseqüentemente, tomar decisões mais seguras sobre a concessão de crédito. A aplicação dos critérios técnicos de concessão de crédito se dá por meio de análise documental, análise de negócio e análise cadastral, contábil e financeira. Por fim, entre as estratégias utilizadas por empresas para a aprovação e concessão de crédito são identificados: sistemas próprios, sistemas terceirizados e o Credit Score.

Palavras-chave: Endividamento de empresas. Gestão financeira. Poder de crédito. Tomada de decisões.

ABSTRACT

Financial education in companies is an extremely important topic for entrepreneurs, since poor financial management is one of the main causes of business failure. Given this context, the objective of this study was to describe the criteria and methodologies that a company could use to assist in its decision-making regarding credit. The choice regarding the topic was exploratory, where methods such as bibliographic research were used, through data collection in books, scientific articles, master's dissertations and theses. The Google Scholar and *Scielo* platforms were used as databases. The 5C's technique is a credit analysis method that allows financial institutions to assess a company's ability to honor its financial commitments. By analyzing the five main factors – character, capacity, capital, collateral and conditions –, creditors can better understand the applicant's profile and, consequently, make safer decisions about granting credit. The application of technical criteria for granting credit is done through document analysis, business analysis and registration, accounting and financial analysis. Finally, among the strategies used by companies for approving and granting credit are: own systems, outsourced systems and Credit Score.

Keywords: Corporate debt. Credit power. Decision making. Financial management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Objetivo Geral	11
1.2. Objetivos Específicos	12
2. METODOLOGIA	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3.1. Educação financeira.....	15
3.2. Micro e pequenas empresas no Brasil	16
3.3. Gestão Financeira das Micro e Pequenas Empresas	18
3.4. Inadimplência	21
3.5. Concessão de Crédito.....	26
3.6 Panorama exploratório sintético das principais teorias e conceitos que sustentam a análise do papel da educação financeira no endividamento das empresa.....	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira nas empresas é um tema de extrema importância para os empreendedores, visto que a gestão financeira inalcançada é uma das principais causas do fracasso empresarial (VALENTIM et al., 2022). De modo geral, a falta de conhecimento financeiro pode levar a uma série de erros de gestão, como o uso inadequado de recursos e a tomada de decisões em informações imprecisas ou incompletas. Por outro lado, os empresários que possuem um bom conhecimento financeiro têm mais chances de alcançar o sucesso em seus negócios (ROCHA e LIMA, 2023; RODRIGUES et al., 2024).

A respeito da educação financeira, a *SP Global Financial Literacy Survey*¹ identificou que dois a cada três adultos no mundo são analfabetos financeiros (INSPER, 2016). Essa descoberta revela a necessidade de preparação *a priori* daqueles que desejam trabalhar com o mercado empresarial. Em relação ao Brasil, apenas uma pequena parcela da população tem acesso à educação financeira, e por este motivo, muitos não possuem a cultura de economizar e investir. Esse resultado é revelado por uma pesquisa conduzida pelo PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor) divulgada no site da Agência Brasil. A pesquisa revelou que 66,3% dos consumidores brasileiros estavam endividados (AGÊNCIA BRASIL, 2021). Esse alto número de pessoas endividadas se remete ao fato da ausência de uma educação financeira no sistema de ensino brasileiro e ao fato de que a maioria das pessoas desconhecem como fazer um planejamento financeiro e sua importância a curto, médio e principalmente longo prazo. Outro estudo, publicado pelo site Valor Investe afirma que cerca de 3% dos brasileiros investem em ações, enquanto nos EUA esse valor total é de 55% (GOEKING, 2021).

De acordo com o Banco Central (2022), o crédito destinado para empresas apresentou uma contração de 1% no período de 12 meses. Em comparação, o crédito destinado às pessoas físicas apresentou crescimento, representando um volume total de R\$1,2 trilhão. No período apurado houve relativa estabilidade durante o mês, a pessoa jurídica teve um decréscimo de 1,4% nas contratações, no oposto houve uma crescente de 3,4% nas contratações realizadas com pessoas físicas. Totalizando nos

¹ Pesquisa global sobre literacia financeira que entrevistou mais de 150 mil adultos em mais de 140 países, e que mede o conhecimento da população mundial sobre os conceitos financeiros básicos a saber: diversificação de risco, inflação, habilidade numérica e juros compostos.

12 meses, variou em 23,5% nas concessões nominais (BARBATO et al., 2023).

Associado a esse contexto, Paixão e Teixeira, (2019) relatam que a inadimplência organizacional pode ser entendida como a liberação de crédito à pessoa que não tem disponibilidade financeira para pagamentos de suas dívidas. Este é um fenômeno observado especialmente nas micro e pequenas empresas, que enfrentam grandes dificuldades para sistematizar um setor financeiro que desenvolva ações diretas sobre as finanças da organização. Pautados nesse contexto, o gerenciamento financeiro ganha destaque, buscando estratégias que permitam o acompanhamento da situação monetária das empresas, por meio do controle da liquidez, como também da inadimplência da clientela do negócio.

No que diz respeito à tomada de decisões, é essencial que o empresário tenha conhecimento a respeito de educação financeira, pois este conhecimento financeiro permite que os empresários avaliem o impacto financeiro de suas decisões e se antecipem a possíveis crises, garantindo a saúde financeira da empresa. Além disso, a educação financeira também é importante para a negociação com fornecedores, clientes e instituições financeiras, permitindo que o empresário obtenha melhores condições de pagamento e financiamento (SANTOS et al., 2019).

Quanto aos critérios que uma empresa poderia utilizar para ajudar no crédito, Segura et al. (2016) relatam que os demonstrativos financeiros de uma empresa são muito importantes na concessão de crédito, porém não podem ser a única fonte utilizada. A esse respeito, Berni (1999, p.92), descreve que os balanços são mutáveis, trabalham com defasagem de tempo, estão sujeitos a diversas classificações contábeis, reavaliação de ativo, integralização de capital, ajuste monetário, correção por isso mesmo, nem sempre refletem a realidade da empresa.

Dito isto, a problemática da presente pesquisa está alicerçada nos seguintes objetivos:

1.1. Objetivo Geral

Descrever os critérios e as metodologias utilizadas pelas empresas para auxiliar na sua tomada de decisão quanto ao crédito.

1.2. Objetivos Específicos

- Contextualizar as micro e pequenas empresas no Brasil;
- Descrever os conceitos de inadimplência e educação financeira e seus impactos na vida das empresas;
- Apresentar os caminhos percorridos pelas empresas para a concessão de crédito.

Pautados nesse contexto, objetivou-se com essa pesquisa realizar uma revisão bibliográfica para descrever e identificar os critérios e metodologias que uma empresa poderia utilizar para auxiliar na sua tomada de decisão quanto ao crédito.

2. METODOLOGIA

De acordo com Freitas, Souza e Freitas (2025), o conhecimento científico é uma atividade que abrange tanto aspectos objetivos quanto subjetivos. Ele não deve ser encarado como um dogma, mas sim como um campo aberto à discussão. Essa dinâmica é marcada por reflexões, contradições e processos de sistematização e resistemização, que conferem à ciência seu caráter vibrante e dinâmico. Apesar do surgimento de diversas metodologias, técnicas e lógicas de investigação nas últimas décadas, várias avaliações sobre a qualidade das pesquisas no ensino superior indicam que os resultados obtidos nem sempre são confiáveis (MAZZOTTI, 2016).

Assim, alguns educadores defendem a importância da ética acadêmica e do respeito à propriedade intelectual, enquanto outros promovem o acesso ao conhecimento e à informação. Embora essas posições possam parecer antagônicas, na verdade, elas contêm uma possibilidade essencial de complementaridade.

A opção acerca do tema foi pelo tipo exploratório, onde foram utilizados métodos como pesquisa bibliográfica, através da coleta de dados em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses. Como base de dados foram utilizados o Google acadêmico e o *Scielo*. Para a busca da literatura foram utilizados os seguintes descritores: gestão financeira; endividamento empresarial e critérios x tomada de decisões x crédito. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e descritiva.

Quadro 1 - Estratégia de Busca Bibliográfica

Base de Dados	Descritores	Combinação de Termos	Critérios de Seleção
Google Acadêmico e Scielo	<ul style="list-style-type: none">• Gestão financeira• Endividamento empresarial• Critérios x tomada de decisões• Crédito	"gestão financeira" AND "endividamento empresarial" AND ("critérios" OR "tomada de decisões" OR "crédito")	Artigos, dissertações, teses.

Fonte: Elaborado pelo autor

Este trabalho é constituído por uma introdução que traz uma breve abordagem sobre o tema estudado seguido da apresentação do procedimento metodológico.

Além disso, o trabalho de revisão bibliográfica, contempla quatro capítulos a saber: o primeiro traz uma abordagem sobre Educação financeira, o segundo capítulo apresenta uma revisão inovadora com a atualização dos trabalhos acadêmicos mais recentes a respeito das micro e pequenas empresas no Brasil. No terceiro capítulo será apresentado sobre a gestão financeira das micros e pequenas empresas. Já no quarto capítulo, traz uma revisão sucinta sobre Inadimplência e por fim, no quinto capítulo é apresentado a respeito da concessão de crédito.

As discussões tiveram como base os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo elaborada pelos autores pesquisados e os pontos e contrapontos encontrados na literatura pesquisada. Destaca-se que:

Vê-se a importância de o pesquisador ter um conhecimento prévio sobre a teoria para auxiliá-lo durante a extração de dados, já que os tipos de pesquisa são abordagens práticas que possibilitam fazer a conexão entre o quadro teórico e a realidade empírica. Quando este tipo de conexão está longe de bases inquestionáveis garantidos pela intransigência metodológica e científica, descansa nos pilares teóricos dentro do contexto global, no qual organiza diferentes fontes de conhecimento e possibilita a criação mesmo que temporária de um novo aprendizado (CÉSARIO; FLAUZINO; MEJIA, 2020, p. 12).

Dessa forma, pode-se afirmar que as discussões apresentadas junto aos resultados obtidos, foram elaboradas de forma crítica.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentado o referencial teórico que fundamenta este estudo, explorando as principais teorias e conceitos que sustentam a análise do papel da educação financeira no endividamento das empresas.

3.1. Educação financeira

A educação financeira é uma competência de fundamental importância para a vida de qualquer cidadão ou empresa. A educação financeira permite o planejamento financeiro que pode contemplar uma gama de objetivos: desde a necessidade de investimentos na formação acadêmica, passando pelo sonho de aquisição de um imóvel, ou até mesmo, de forma mais ampla, no planejamento de uma futura aposentadoria.

Apesar dessa importância para as pessoas e empresas, o planejamento financeiro é, na grande maioria das vezes, negligenciado durante toda sua vida. Isso acontece por vários fatores que envolvem desde a cultura, perfil consumista e ausência de educação financeira. Além disso, pela falta de conteúdos voltados para o planejamento financeiro dentro das escolas, as pessoas chegam à vida adulta sem a preparação necessária para desenvolver um planejamento que contemple a criação de riqueza e prepare os cidadãos para trabalharem com o mercado financeiro (MENDES et al., 2025).

De acordo com Soares et al. (2023), ser alfabetizado financeiramente é entender os princípios desta área, pois, através deles, o indivíduo terá a possibilidade de conter a quantia gasta por si, e também maximizar o seu potencial de ganhos. Além disso, os aspectos atrelados a esta educação, bem como o equilíbrio emocional necessário a realizar compras, planejamentos de gastos e uma organização do dinheiro como um todo, se mostram como situações essenciais para entender aonde o dinheiro é alocado e como se deve trabalhar com ele (TOLEDO, 2012).

A educação financeira torna as pessoas mais conscientes das oportunidades financeiras e amplia a visão de longo prazo, deixando em evidência que investir auxilia na garantia de maior estabilidade no futuro. Diante disso, tornou-se oportuna uma metodologia que leve a despertar e conscientizar para a importância da educação financeira para o desenvolvimento socioeconômico, com o foco no potencial dos

investimentos voltados para o gerenciamento individual ou empresarial (VELHO e NUNES, 2021). A educação financeira permite assim desenvolver mecanismos de aprendizagem sobre como conduzir os recursos financeiros para uma melhor qualidade de vida ou para que indivíduos e empresas enfrentam tempos de emergências: doenças na família, desemprego, pandemia, crises econômicas no mercado e demais infortúnios que possam surgir de maneira inesperada (SENHORAS, 2020; BARBATO et al., 2023).

Assim como no âmbito pessoal, a educação financeira no âmbito corporativo é um fator de extrema importância para todos os atores sociais, visto que, essa questão não engloba somente as decisões administrativas, ela vai desde o principal gestor até o consumidor final. Administrar adequadamente as finanças é fundamental para que a empresa tenha sucesso internamente e externamente. Trata-se, portanto, de uma clara relação de dependência harmônica entre a gerência organizacional e a saúde financeira dos stakeholders, sendo esta ligação tão interdependente e de consequências tão previsíveis quanto a qualquer outra, com a diferença de que os efeitos podem ser apresentados em curto, médio e longo prazo. (ROSINI et al., 2015).

Assim, o planejamento financeiro consiste em estabelecer e seguir uma estratégia para alcançar objetivos. Essa estratégia pode ser de curto, médio ou longo prazo. Para progredir a longo prazo, toda empresa precisa ter um foco e objetivos claros. Da mesma forma, o indivíduo precisa antecipar as metas que pretende alcançar (DAMASCENO NETO et al., 2025).

3.2. Micro e pequenas empresas no Brasil

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte foi criado pela Lei Complementar nº 123/2006. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento e a competitividade das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

O Estatuto classifica os negócios com base na receita bruta anual, sendo a microempresa aquela que obtiver uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00, e a empresa de pequeno porte aquela que atingir uma receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000. Já o MEI, esse apresenta

um faturamento anual que não deve ultrapassar R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) 00 (DIAS e BRESSAN, 2023). Porém, um problema crucial para as pequenas empresas brasileiras é o acesso ao crédito, especialmente de longo prazo, no qual as operações se dão morosamente, cabendo ao agente financeiro arcar com um custo operacional elevado.

Dados do Sebrae (2020) indicam que, no ano de 2020, surgiram 626.883 micro, pequenas empresas e os MEI em todo o Brasil. Isso equivale a uma média de 2,3 mil novos negócios de pequeno porte por dia, o que é significativo para a economia do país (SILVA e ZITTA, 2025). Do total de micro e pequenas empresas, 535.126 eram microempresas, representando 85% do total, enquanto 91.757, ou seja, 15%, eram de pequeno porte (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Total de empresas, microempresas e pequenas empresas abertas no Brasil em 2020

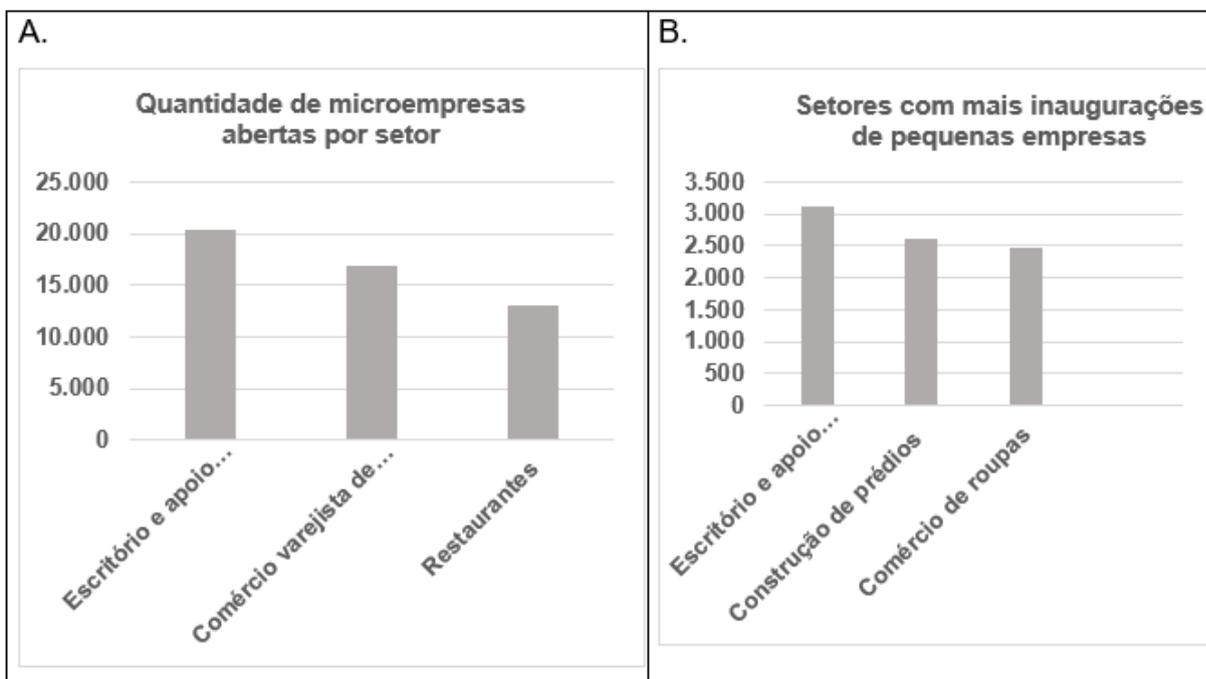


Fonte: SEBRAE (2020).

Os setores onde as microempresas abriram mais unidades em 2020 foram os serviços mistos de escritório e apoio administrativo (20.398 empresas), o comércio varejista de roupas e acessórios (16.786) e os restaurantes e estabelecimentos similares (13.124). Por outro lado, os setores com mais inaugurações de pequenas empresas foram os serviços mistos de escritório e apoio administrativo (3.108), a construção de prédios (2.617) e o comércio varejista de roupas e acessórios (2.469)

(SEBRAE, 2020). (Gráfico 2 A e B)

Gráfico 2. Quantidade de microempresas abertas por setor (A) e setores com mais inaugurações de pequenas empresas no Brasil em 2020.



Fonte: SEBRAE (2020).

No Brasil, as micro e pequenas empresas (MPEs) têm uma função crucial na economia. De acordo com informações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, essas organizações constituem cerca de 99% do total de empresas no Brasil; sendo responsáveis por cerca de 30% do PIB nacional e geram mais de 72% dos postos de trabalho formais criados em 2022.

3.3. Gestão Financeira das Micro e Pequenas Empresas

A contabilidade é vital para as micro e pequenas empresas durante o processo de decisão. Isso ocorre porque essas informações fornecem dados significativos sobre a saúde financeira da empresa, como lucratividade, capacidade de gerar lucro, endividamento, aptidão para pagamentos e fluxo de caixa. Portanto, a relevância da contabilidade na tomada de decisões nas micro e pequenas empresas é essencial para a administração eficaz e sustentável dos negócios.

Apesar disso, o acesso ao crédito empresarial ainda é um fator limitante para o

pleno desenvolvimento das empresas, sendo a ignorância financeira um dos pontos críticos deste processo. Duas das principais dificuldades que micro e pequenas empresas encontram ao tentar obter empréstimos bancários são o uso adequado desses novos recursos, devido à falta de informações, e a carência de conhecimento do gestor para interpretar as informações contábeis e tomar decisões. Sem dados financeiros apropriados, os bancos não conseguem analisar a saúde financeira da empresa nem seu real potencial de quitar dívidas. Isso pode tornar mais difícil conseguir financiamentos ou linhas de crédito, pois as instituições financeiras costumam levar em conta a condição financeira da empresa ao decidir se vão conceder ou não o crédito, podendo até propor taxas mais altas para se resguardar do risco (FEITOSA et al., 2024).

Nesse contexto, o planejamento financeiro das micro e pequenas empresas ocupam um papel de destaque nos negócios. Segundo Mendonça et al. (2025), o planejamento financeiro traça estratégias para alcançar resultados considerando a capacidade da empresa e apresentam os valores que podem afetar os resultados esperados, possibilitando ao gestor ter ferramentas, relatórios e informações para a tomada de decisão. De acordo com Lacombe (2009, p. 70) “o planejamento é um poderoso instrumento de intervenção na realidade e que, se bem utilizado, constitui uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das organizações.”

De acordo com Miguez e Lezana (2018), a ausência de uma gestão financeira eficaz é uma das principais razões para o baixo índice de sobrevivência das pequenas e microempresas no Brasil. De modo geral, muitos empresários desse segmento têm no empreendedorismo uma única forma de obter renda. Em um cenário de crise econômica e alto índice de desemprego, o empreendedorismo de necessidade tende a ser um forte fator motivacional entre aqueles que começam essa atividade econômica, diferentemente do empreendedorismo de oportunidade, onde a motivação empreendedora é baseada em livre escolha de atuação, ainda que se possua alternativas na área profissional. Em ambos os aspectos, a baixa qualificação quanto aos conhecimentos administrativos e financeiros terá um impacto negativo para os empresários que desconhecem instrumentos e práticas de uma boa gestão financeira na sua vida pessoal ou profissional (MIGUEZ e LEZANA, 2018).

Para uma boa gestão empresarial é imprescindível que exista educação financeira, por meio desta, os indivíduos na sua compreensão sobre os produtos financeiros e os seus riscos que estão sujeitos, podendo desenvolver habilidades e a

confiança necessária para a tomada de decisão segura e assim, os resultados das decisões financeiras têm implicações significativas para a segurança financeira e para o padrão de vidas dos indivíduos (ANDRADE e LUCENA, 2018; GUEDES et al., 2021)

A forma de governar as finanças em cenários de instabilidade é fundamental para a mitigação dos impactos negativos de acontecimentos não planejados que demandam recursos financeiros com certa urgência. Assim, o estresse com eventos financeiros não planejados podem debilitar a saúde financeira das famílias e das empresas e, em certos casos, podem ter impacto negativo, onde as empresas não possuem uma reserva de emergência ou acesso à crédito em situações de grande instabilidade econômica (VIEIRA et al., 2021).

Outro ponto que deve ser levado em consideração é quem analisa as demonstrações financeiras, existe um analista interno que compõe o quadro da empresa que é o que vai tomar as decisões a nível estratégico para mudar o comportamento da empresa e rever situações como gastos, investimentos e demais desempenhos de caráter interno. Por outro lado, há o analista externo que está normalmente numa posição de investidor ou credor. Para esse analista as demonstrações financeiras interessam para que haja um entendimento e um panorama do comportamento da empresa em função da capacidade de pagamento de suas obrigações, retorno financeiro a acionistas e investidores, e principalmente como a empresa está se comportando em relação ao futuro, neste caso, na sua capacidade de crescimento e retorno de seus investimentos (SEABRA, 2019).

Silva e Balle (2025) relatam em seus escritos que as empresas atuais enfrentam muitos obstáculos, como dilemas éticos, barreiras regulatórias e barreiras de entrada. Além disso, erros na tomada de decisões internas podem causar falhas estratégicas. Segundo George (2003), os grandes vilões responsáveis por uma má gestão empresarial inclui trabalhar sem uma missão clara, subestimar o *core business*, depender de uma única linha de produtos, deixar de detectar mudanças de tecnologia e mercado, mudar a estratégia sem mudar a cultura, sair das competências essenciais e contar em aquisições para crescimento.

Colaborando com essa discussão, outros pesquisadores como Santos et al. (2016) e Klein e Almeida (2017) relataram que as pequenas empresas têm dificuldades para utilizar instrumentos contábeis (como demonstrativo de resultado, balanço patrimonial, indicadores de desempenho acerca de solvência, etc.), financeiros (como projeção do fluxo de caixa operacional, cálculo da necessidade de

investimento em capital de giro, etc.) e de custos (como ponto de equilíbrio, margem de contribuição, taxa de marcação, etc.).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Pires (2024), acrescenta que a falta de capital de giro pode prejudicar o fluxo de caixa, mas pode ser mitigada através de estratégias como negociação de prazos de pagamento e otimização de processos. O acesso limitado a crédito pode ser superado com parcerias financeiras, transparência financeira e registros precisos. A gestão de estoque e controle de fluxo de caixa podem ser aprimorados com automação e análise de dados. A falta de conhecimento financeiro dos gestores pode ser corrigida por meio de uma educação financeira, consultoria e software de gestão financeira. Para a saúde financeira sustentável destes negócios, é essencial enfrentar esses desafios com abordagens proativas. Superar essas dificuldades requer um investimento contínuo em conhecimento financeiro, parcerias estratégicas e o uso de tecnologia. Ao adotar essas estratégias pode-se mitigar riscos, garantir uma base financeira sólida e promover um crescimento sustentável a longo prazo.

3.4. Inadimplência

Inadimplência pode ser definida como o não cumprimento de uma obrigação financeira até a data de seu vencimento. Praticamente nenhuma empresa está imune a essa situação e é daí a importância de que a organização tenha um indicador do grau de inadimplência de sua carteira de clientes para poder balizar suas decisões financeiras.

Assim, a Educação Financeira (EF) tem se tornado cada vez mais importante, ultrapassando a mera aprendizagem de habilidades práticas para a administração de recursos e se estabelecendo como um fundamento crucial para formar cidadãos independentes e conscientes, capazes de lidar com o complexo panorama socioeconômico atual. A complexa natureza dos mercados financeiros, o aumento do acesso ao crédito e a variedade de produtos e serviços financeiros, estimulados pela inovação tecnológica e pela globalização, requerem que as pessoas desenvolvam um conjunto significativo de habilidades para fazer escolhas assertivas e responsáveis, que estejam em consonância com seus valores e objetivos de vida, assegurando sua segurança financeira e bem-estar a longo prazo.

A EF nada mais é do que um processo de aprendizagem ligado às finanças

peçoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro. A atual Constituição brasileira vincula a educação ao pleno desenvolvimento da pessoa e a seu preparo para o exercício da cidadania. Desta forma a EF entra com essa participação cidadã, uma vez que esta viabiliza o entendimento da sociedade sobre as finanças pessoais e nacionais.

A ignorância financeira pode acarretar custos significativos, pois investidores, que não entendem o conceito de composição de juros, pagam mais em taxas nas operações e, conseqüentemente, incorrem em dívidas devido a taxas de juros mais altas. Isso gera um círculo vicioso, pois o investidor ao incorrer em dívidas, necessita de mais empréstimos para sanar os juros dessas dívidas e assim sucessivamente (VALENTIM et al., 2022).

Nos países em desenvolvimento, as micro e pequenas empresas (MPEs) oferecem oportunidades de emprego e amortecedores anticíclicos para comunidades de baixa renda, mitigando choques econômicos (ALVES, 2017). No entanto, raramente essas micro e pequenas empresas implementam as práticas padrão de gestão empresarial e financeira, que são comumente observadas em MPEs de economias desenvolvidas (SILVA et al., 2025).

A inadimplência provoca conseqüências nos créditos concedidos e na viabilidade das das operações financeiras e econômicas de microcrédito. O não pagamento prejudica o fluxo de caixa das Instituições Micro financeiras (IMF's), inviabilizando sua capacidade de realizar novos empréstimos. Além disso, a inadimplência dos micros empreendimentos e das pequenas unidades produtivas pode penalizar a credibilidade dos futuros tomadores de recursos, caso não seja identificado e separado os clientes de risco elevado dos de baixo risco (VASCONCELOS et al., 2025).

De acordo com a literatura, entre os anos de 2020 e 2023, o Brasil enfrentou um cenário macroeconômico atípico e desafiador, fortemente marcado pelos impactos da pandemia da COVID-19. Esse período foi caracterizado por oscilações expressivas nos principais indicadores macroeconômicos—como o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de inflação (IPCA), a taxa de desemprego e a taxa básica de juros (SELIC) —, gerando efeitos diretos no comportamento de consumo e na capacidade de pagamento das famílias brasileiras. A literatura destaca que esses ciclos econômicos, com suas fases de expansão e contração, influenciam diretamente a dinâmica do crédito e da inadimplência (AIACHE, 2022).

Para tanto, a análise das razões e processos envolvidos na inadimplência no Brasil requer uma perspectiva teórica que leve em conta, ao mesmo tempo, os elementos internos da administração do risco de crédito e os fatores externos relacionados ao contexto econômico. De um lado, uma administração eficaz do risco de crédito, conforme orientações como a ISO 31000, é essencial para evitar perdas financeiras e assegurar a viabilidade das instituições financeiras. Por outro lado, os indicadores econômicos e os ciclos da economia têm um impacto direto sobre como consumidores e empresas se comportam, o que afeta sua capacidade de honrar pagamentos e, por consequência, as taxas de inadimplência.

Segundo Zica e Martins (2025), existem diversos fatores que podem colaborar com a inadimplência das empresas, sendo eles consideradas intrínsecos e extrínsecos a exemplo da dificuldade em acessar crédito e demais serviços financeiros; a dificuldade no gerenciamento do negócio; a dificuldade de conciliar vida empresarial e vida pessoal; a dificuldade em conseguir novos clientes e mercados; a dificuldade em contratar, a dificuldade em treinar e manter colaboradores; a dificuldades relacionadas à tributação; e por fim as dificuldades relacionadas à burocracia.

Tabela 1. Fatores que colaboram com a inadimplência das empresas

FATORES COLABORATIVOS	Dificuldade em acessar crédito e demais serviços financeiros	Neto e Oliveira (2025).
	Dificuldade no gerenciamento do negócio	Silva e Souza Valente (2025)
	Dificuldade de conciliar vida empresarial e vida pessoal	Santos e Santos (2025)
	Dificuldade em conseguir novos clientes e mercados	Wang et al. (2025)
	Dificuldade em contratar	Nascimento e Rezende (2025)
	Dificuldade em treinar e manter colaboradores	Figueiredo et al. (2025)
	Dificuldades relacionadas à tributação	Mendes e Carvalho (2025)
	Dificuldades relacionadas à burocracia	Zica e Martins (2025)

Fonte: o próprio autor

No conceito de Tomio et al. (2017), a inadimplência consiste, basicamente, no não cumprimento de uma obrigação. Nesse contexto, a inadimplência, como elemento, muitas vezes, comum do cotidiano dos negócios, pode impactar na extinção das empresas. Ou seja, empresas que possuem clientes inadimplentes estão mais

propícias a não sobreviverem. Embora não haja um modelo teórico dos efeitos da inadimplência dos clientes na extinção das empresas, certamente ela é um problema que ameaça a atuação das empresas ao comprometer sua capacidade financeira, muitas vezes fazendo com que as próprias empresas se tornem inadimplentes com seus fornecedores, criando um *looping*.

Assim, o excesso de dívida é um fenômeno relevante no estudo das finanças corporativas. Empresas com dificuldades financeiras ou em processo de falência acabam gerando consideráveis perdas e custos ao mercado e à economia como um todo, assim a previsão da falência ou previsão de dificuldades financeiras se torna uma área com cada vez mais relevância na pesquisa, no sentido que auxilia na identificação de problemas financeiros em seus estágios iniciais; tornando-se fundamental para o sucesso das organizações.

Na prática, estudos realizados por Maués Filho (2018) a respeito do panorama da inadimplência das linhas direcionadas do Banco Central e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para a Amazonia Legal, em corte transversal do ano de 2018, revelou que de acordo com a análise dos índices, baseados na porcentagem, o aumento e variações da inadimplência do segmento pessoa jurídica no que tange a utilização de recursos direcionados ou de fomento na visão nacional e dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), na visão da Amazônia Legal, observou-se que no âmbito nacional, em 2018, não houve variação ou aumento da inadimplência no que se tratam exclusivamente de empresas que estão utilizando linha de créditos direcionados ou de fomento; porém quando se traz esta análise ou visão para a região da Amazônia legal e ao banco concedente observou-se que houve aumento e variação dos índices de porcentagens de inadimplência das linhas de créditos que utilizam o FNO, ou seja, fomento. Limitando a pesquisa no período de dezembro a abril e ao segmentando pessoa jurídica na forma de micro, pequena, média e grande, tem-se a percepção que a pequena empresa tem a maior quantidade de operações, com um total de 5.195, sendo o segmento que tem mais operações vencidas a mais de 90 dias, com um total de 39%, impactando diretamente o resultado final do banco oficial.

3.5. Concessão de Crédito

Outro aspecto importante a ser tratado nesse estudo é a concessão de crédito. A concessão de crédito consiste na disponibilidade de valores mediante a uma promessa de pagamento desse mesmo valor acrescido de encargos no futuro. O crédito consiste no ato de confiar, acreditar na confiança, com regras ou padrões socialmente estabelecidos. Nas transações comerciais o crédito segue o princípio de confiança. Quando se entrega um bem ou serviço mediante uma promessa de pagamento em data futura se estabelece uma relação de confiança entre ambas as partes envolvidas no negócio (MACIEL e MACIEL, 2015).

As linhas de crédito desempenham um papel fundamental no apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), oferecendo acesso a recursos financeiros essenciais para investimentos em infraestrutura, equipamentos, contratação de funcionários e outras áreas relevantes. Isso impulsiona o crescimento das empresas e, por consequência, contribui para o desenvolvimento econômico do país. No entanto, é importante ressaltar os desafios enfrentados pelas MPEs ao buscar crédito no mercado financeiro. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Sebrae em 2020, aproximadamente 60% das MPEs buscaram recursos financeiros para manter suas atividades, mas apenas 33% conseguiram obter o montante desejado. Além disso, o processo de obtenção de crédito muitas vezes é burocrático e as taxas de juros podem ser elevadas, o que dificulta ainda mais a gestão dos recursos disponíveis. Nesse contexto, é essencial promover medidas que facilitem o acesso das MPEs ao crédito, como a simplificação dos procedimentos de análise e aprovação, a redução da burocracia e a criação de linhas de crédito com condições mais favoráveis. Isso permitiria que as MPEs aproveitassem plenamente o potencial desses recursos para investir em suas atividades e impulsionar seu crescimento (FEITOSA et al., 2024).

A liberação de crédito para startups é uma atividade que envolve riscos significativos, especialmente para microempreendedores individuais e microempresas, cujos recursos são frequentemente escassos e cujas atividades apresentam alta instabilidade. Ao considerar a possibilidade de financiar essas companhias, as instituições bancárias utilizam sistemas de avaliação de risco voltados para medir a chance de falência. Geralmente, esses sistemas se fundamentam na análise de métricas extraídas dos balanços financeiros e utilizam abordagens estatísticas, como a regressão logística, para prever possíveis inadimplências. Essa

abordagem permite uma avaliação mais precisa do risco de crédito, embora não considere sempre as particularidades de empreendimentos menores.

Além disso, essas ferramentas aplicam métodos quantitativos, incluindo a regressão logística, para antecipar situações de calote com até um ano de antecedência. Os prognósticos são elaborados a partir de dados econômicos e financeiros retirados das demonstrações contábeis das empresas, sendo analisados a fim de detectar indícios de deterioração econômica que possam sinalizar um eventual colapso financeiro. Contudo, para microempreendedores individuais e microempresas, a aplicação estrita desses sistemas de avaliação de risco leva a um ciclo de dificuldades crescentes para conseguir crédito. A falta de um histórico financeiro sólido, a incapacidade de oferecer garantias tangíveis e a limitada escala das operações fazem com que esses negócios se tornem menos atraentes para os bancos, que acabam por estabelecer condições de crédito mais rígidas, como juros mais elevados e prazos de pagamento reduzidos. A abordagem convencional de análise de crédito ignora as características específicas de micro e pequenas empresas, criando barreiras adicionais ao financiamento.

Portanto, é importante saber que os pequenos e médios negócios estão inseridos em um contexto de alta competição e limitação de investimentos. Isto os faz despender grande esforço para conquista e manutenção de clientela. Um dos movimentos nesse sentido é oferecer facilidades para a concretização da venda através da concessão de crédito. Assim, as empresas têm uma de suas principais fontes de retorno atrelada a uma fonte de riscos de inadimplência por seus clientes.

A falta de pagamento, que é frequentemente uma parte integrante da rotina empresarial, pode levar à dissolução de empresas. Isso significa que organizações com clientes que não pagam estão em maior risco de não conseguirem se manter no mercado. Embora não exista um modelo teórico que explique como a inadimplência dos clientes influencia o fechamento das empresas, é claro que esse é um desafio que coloca em risco o funcionamento das companhias, já que prejudica sua saúde financeira e pode fazer com que as próprias empresas deixem de cumprir com suas obrigações para com os fornecedores, estabelecendo assim um ciclo prejudicial.

O papel do fornecedor de crédito e da análise de risco de crédito é um ponto essencial para a prevenção do superendividamento. A prática de conceder crédito sem uma avaliação prévia detalhada da capacidade de pagamento do consumidor contribui diretamente para o agravamento do endividamento. Nesse sentido, os

estudos indicam que a responsabilidade dos bancos e outras instituições financeiras em avaliar a situação econômica do consumidor antes de liberar crédito é uma medida fundamental para evitar que o consumidor se veja em situações de insolvência. A ausência de tais precauções resulta em um descompasso entre as condições financeiras do consumidor e o crédito disponível a ele. Além disso, é importante ressaltar que o progresso da tecnologia tornou mais fácil obter informações sobre como gerenciar e controlar financeiramente as microempresas. Conforme a literatura, quase metade dessas empresas encerrava suas atividades antes de completar o segundo ano. A ausência de um controle financeiro adequado, problemas logísticos e falta de habilidades empreendedoras eram fatores fundamentais para essa situação.

Os bancos devem ser muito responsáveis na concessão de crédito, buscando acompanhar de forma minuciosa as operações para que os níveis de inadimplência não aumentem e para que seus resultados não sejam afetados negativamente e, conseqüentemente, o sistema financeiro nacional por completo. Assim, gerir e analisar o crédito tem um papel importante no contexto socioeconômico do país, pois a eficácia e a efetividade deste gerenciamento se faz necessária para o equilíbrio e o incremento da economia nacional. A preocupação socioeconômica dessa forma é manter controle dos níveis de inadimplência, que surgem em consequência das políticas de expansão do crédito e o incentivo ao consumo, mobilizando o mercado financeiro (MÜLLER e PINTO, 2020).

Alguns pesquisadores apontam que a concessão ao crédito é o principal obstáculo que as instituições financeiras enfrentam, e que requer uma supervisão constante, especialmente para aquelas que têm maior demanda por capital regulatório. Esse capital é utilizado para reduzir perdas inesperadas em operações de crédito, de acordo com as orientações do Banco de Compensações Internacionais (BIS) nos Acordos de Brasil. A avaliação do risco de crédito é um procedimento onde um banco examina a qualidade de crédito de um empréstimo potencial, expondo as instituições financeiras ao risco de crédito. Essa análise gera uma estimativa da chance de inadimplência do cliente.

Peixe (2019) ressalta os obstáculos que micro e pequenas empresas (MPEs) de Pato Branco, no Paraná, enfrentam ao procurar financiamento em 14 instituições financeiras. As principais barreiras encontradas estão ligadas à ausência de planejamento e gestão financeira, documentação insuficiente e registro inadequado. A investigação também mostrou que a inadimplência impacta negativamente a

liberação de crédito e que a maioria das MPEs sem acesso a financiamento está condenada a fechar as portas. Em contrapartida, as empresas entrevistadas relataram que a procura por empréstimos surge, principalmente, da escassez de recursos financeiros, dívidas em atraso e falta de capital de giro. Os critérios mais frequentemente mencionados pelas MPEs para escolher o tipo de empréstimo mais apropriado são o montante necessário e o prazo desejado. Esses achados revelam que as MPEs enfrentam diversas dificuldades para obter recursos destinados ao capital de giro e aos investimentos, o que as leva a recorrer a empréstimos de terceiros, sujeitando-se a taxas de juros elevadas e assumindo riscos de liquidez que podem prejudicar a saúde financeira das empresas. Ademais, as instituições financeiras também se deparam com desafios na concessão de crédito às MPEs, principalmente em função dos riscos de inadimplência. Em vista dessa situação, a pesquisa indica a necessidade de um estudo mais detalhado para entender melhor as dificuldades enfrentadas pelas MPEs na obtenção de crédito, além de investigar possíveis soluções para essa questão.

Além do mais, é frequente que os administradores enfrentam desafios para apresentar de forma clara as informações financeiras requisitadas pelas instituições bancárias, ou até mesmo que busquem a ajuda de contadores para lidar com essa situação. Mesmo que a empresa consiga acessar o financiamento, a ausência de dados contábeis precisos ou a falta de habilidade do gestor em interpretar e tomar decisões à luz das informações disponíveis pode prejudicar a gestão eficaz desses recursos devido a uma decisão financeira mal fundamentada, o que pode impactar negativamente o desempenho da empresa, levando, muito provavelmente, à inadimplência com o credor e colocando em risco sua continuidade (FEITOSA et al., 2024).

A concessão de crédito envolve um gerenciamento cuidadoso de riscos. É fundamental que esses riscos sejam administrados de maneira integrada, começando com a venda, passando pela análise após a aprovação e, em seguida, pelo setor de cobrança, que deve intervir prontamente ao identificar inadimplências. Nesse aspecto, a técnica dos 5C's é um método de análise de crédito que permite às instituições financeiras avaliarem a capacidade de um indivíduo ou empresa de honrar seus compromissos financeiros.

Ao analisar os cinco fatores principais – caráter, capacidade, capital, colateral e condições (Tabela 2), os credores conseguem compreender melhor o perfil do

solicitante e, conseqüentemente, tomar decisões mais seguras sobre a concessão de crédito, minimizando os riscos de inadimplência (VIEIRA, 2017).

Tabela 2. Métodos de análise de crédito. Política dos 5C's

Métodos 5C's	Caráter
	Capacidade
	Capital
	Colateral
	Condições

Fonte: o próprio autor.

As instituições financeiras, ao decidirem sobre a concessão de crédito a diferentes empresas, implementam diretrizes para avaliar riscos potenciais, a capacidade de pagamento e possíveis opções de crédito que se encaixem no perfil de cada interessado. Santos (2015) menciona a relevância de se averiguar a demanda do cliente, identificando sua condição financeira e de bens, para oferecer um tipo de crédito que atenda de forma mais eficaz sua necessidade. Como muitos empreendedores afirmam não ter recursos financeiros suficientes para iniciar seus negócios, o crédito pode ser um suporte importante para as micro e pequenas empresas.

O crédito empresarial geralmente é utilizado no início da atividade da organização ou durante para movimentar o capital de giro utilizando um prazo longo para recebimento do numerário. O empréstimo é uma forma de contrato entre uma entidade com a instituição financeira que sede a quantia pedida com base em prazo para pagamento de valor original e juros incidentes (JERÔNIMO e PRAZERES, 2015).

É possível observar, assim, que os obstáculos ao acesso ao crédito bancário para pequenas e médias empresas são as taxas de juros elevadas, os financiamentos de curta duração, a falta de colaterais, a rigidez dos bancos na escolha das empresas aptas a receber empréstimos, e as dificuldades enfrentadas pelas empresas para apresentar toda a documentação e informações exigidas pelas instituições financeiras. Em razão das queixas feitas pelos pequenos empresários sobre a liberação de crédito, e as justificativas apresentadas pelos bancos para a negativa de empréstimos, poderemos citar a Conta corrente muito nova, faltam linhas de crédito para o perfil da empresa e a inadimplência dos tomadores de crédito.

Analisando as informações disponíveis, percebe-se que os setores mais beneficiados pelos financiamentos são comércio e serviços, que, juntos, representam

uma parcela expressiva da economia local. Pequenos empreendedores utilizaram esses recursos principalmente para expansão dos negócios, aquisição de equipamentos modernos e melhoria da infraestrutura, garantindo maior competitividade no mercado. Além disso, um número crescente de MPEs destinou parte dos financiamentos para capacitação profissional, o que reflete um movimento estratégico para aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

Os empréstimos são formas de captação de recursos firmados através de um contrato em que o banco empresta valores para a empresa, cobrando taxas que serão acrescidas no valor principal pelo benefício concedido, neste caso tratando-se de empréstimo bancário. De acordo com o relatório trimestral de estatística monetária divulgado pelo BACEN em Março de 2021, demonstra o crescimento na captação de crédito por parte das empresas (PRAIA et al., 2021).

Segundo Jerônimo e Prazeres (2015), os analistas de crédito utilizam, frequentemente, informações relacionadas ao caráter, capacidade, capital, colateral e condições como importantes condutores de valor para a decisão de concessão de crédito. Cada um dos “Cês” tem sua importância para a melhor identificação do risco de crédito do cliente e, por isso, são ponderados diferentemente nos modelos desenvolvidos para previsão de inadimplência, que são utilizados na “Análise Objetiva de Crédito”.

Ao mesmo tempo em que se avalia a liberação de crédito, é fundamental também considerar a quantia que esse cliente pode receber. Essa avaliação leva em conta não apenas a habilidade prevista de pagamento, mas também o montante que o cliente espera conseguir. A liberação do crédito é o primeiro passo para a implementação das vendas parceladas. Depois disso, começa todo o trabalho de administração e supervisão das vendas a prazo. A empresa, então, precisa concentrar esforços em outras ações; paradoxalmente, a busca por um aumento na receita pode acarretar novos custos para supervisão, controle e cobrança.

Recentemente, a oferta de crédito comercial passou a ser encarada como uma maneira de apoio financeiro para os que a recebem, visto que as companhias funcionam como credoras para outras empresas que são suas consumidoras, ao postergar a cobrança das obrigações. Dessa maneira, o papel das instituições financeiras na entrega de recursos diminuiu. Organizações que possuem mais recursos ou maior facilidade para acessar os mercados de crédito ajudam a financiar aqueles clientes que encontram mais dificuldades para conseguir *funding*.

Assim, a contabilidade gerencial representa um dos aspectos mais significativos no campo contábil, especialmente no que tange à decisão: através de métodos e práticas, ajuda no crescimento econômico das organizações. De acordo com Ludícibus (2010), a contabilidade gerencial foca na tomada de decisões, essencial para a gestão da companhia. Em um contexto estrutural, é direcionada aos usuários internos, como gestores, acionistas, instituições financeiras, fornecedores, entre outros.

Existem regras gerais para monitorar as contas a receber, como o prazo médio de recebimento, a rotatividade dos valores a receber ou a taxa de inadimplência. Esses indicadores ajudam no acompanhamento do efeito da concessão de crédito na empresa e também podem utilizar dados históricos para fazer previsões e planejar as operações de vendas. Desse modo, a contabilidade gerencial representa um dos aspectos mais significativos no campo contábil, especialmente no que tange à decisão: através de métodos e práticas, ajuda no crescimento econômico das organizações.

De acordo com Coelho, Lima Amorim e Camargos (2021) pequenas e médias empresas são, em sua maioria, os maiores devedores de bancos e que boa parte das informações financeiras provindas destas empresas não estão disponíveis facilmente ou podem ser inconsistentes. Os autores concluem que as pequenas e médias empresas devem ser tratadas de maneira distinta, e que aprimorar os modelos de previsão com dados não financeiros faz com que a capacidade de previsão dos modelos de crédito aumente substancialmente (AMARAL e IQUIAPAZA, 2020).

Como as micro e pequenas empresas frequentemente direcionam suas atividades para a fabricação e venda de seus produtos e serviços, e considerando que sua estrutura é geralmente compacta, aparece a oportunidade de "transferir" a lista de clientes a prazo para empresas que atuam nesse segmento. Essa abordagem pode ser realizada por meio de descontos em notas promissórias ou cheques a prazo no sistema bancário, vendas diretas utilizando cartões de crédito ou estabelecendo acordos com instituições financeiras, para que estas administrem a lista de clientes, ou até mesmo para que ofereçam crédito diretamente aos consumidores.

A decisão é uma parte constante da rotina empresarial. É inegável que o triunfo de uma organização depende de uma administração eficaz que esteja ligada à habilidade de escolher e decidir quais são as melhores opções e qual o caminho a seguir para alcançar resultados positivos, tudo isso fundamentado em dados

contábeis que sejam atualizados, confiáveis e acessíveis sempre que necessário. Dentro de uma empresa, os dados contábeis internos (gestão de custos) e externos (relatórios financeiros) formam um conhecimento que possibilita a realização da melhor decisão possível.

Cada fator contribui para as decisões dos credores, começando pela aprovação (ou negação) do pedido de empréstimo, bem como a estrutura do empréstimo, ou seja, os termos vinculados ao produto de financiamento, como a taxa de juros. Embora essa técnica tenha sido originalmente formulada para a avaliação de empresas, hoje em dia, seus critérios são empregados tanto para pessoas físicas quanto jurídicas. Cada um dos grupos possui suas características específicas, mas ambos mantêm a essência em suas análises (SANTOS et al., 2024).

A gestão e análise de crédito na contemporaneidade é considerado um dos principais mecanismos utilizados para neutralizar ou mitigar os riscos possíveis na condução do crédito. Elas utilizam ferramentas capazes de identificar, avaliar e mensurar o processo creditório através de dados estratégicos podendo prever o descumprimento de contratos, possibilitando às instituições financeiras cooperativas a tomar decisões voltadas para redução destes riscos, minimizando os impactos nos seus resultados finais (GANZELA; AGRELI e DUTRA, 2023).

Conforme a comunicação recebida pela empresa, pode haver um pedido de créditos para que ela se mantenha alinhada com as exigências do mercado, onde micro e pequenas firmas oferecem produtos e serviços a seus consumidores, que posteriormente farão pagamentos. Para isso, a empresa precisará utilizar os passivos operacionais de curto prazo, buscar empréstimos bancários ou usar recursos dos próprios sócios.

Com o crédito obtido e as vendas realizadas, é hora de implementar uma estratégia eficiente para a recuperação de créditos, além de gerenciar de maneira eficaz o sistema de análise na concessão, para identificar os clientes que não poderão cumprir suas obrigações financeiras. Entre os principais motivos para a inadimplência estão: condições financeiras fracas, operações ineficazes, insatisfação com o produto adquirido, e um aumento na demanda devido ao crescimento rápido e inesperado nas vendas sem a devida capacidade produtiva. No contexto macroeconômico, podemos mencionar: práticas de mercado, alteração na situação econômica e uma recessão global.

A análise revela que uma política de crédito clara e bem definida é fundamental

para minimizar os riscos financeiros associados à concessão de crédito. Além disso, o estabelecimento de procedimentos rigorosos de cobrança pode melhorar significativamente a taxa de recuperação de dívidas e, por consequência, a saúde financeira da empresa. No entanto, é importante ressaltar que a implementação bem-sucedida dessas políticas requer uma compreensão profunda dos clientes e do mercado em que a empresa atua (DA SILVA SOARES, 2024).

Nesse cenário, a avaliação de crédito conta com duas abordagens, a saber: a subjetiva (que se fundamenta no julgamento humano) e a objetiva (que se apóia em métodos estatísticos). A abordagem subjetiva depende muito mais da avaliação pessoal do analista de crédito, porém, a análise não deve se restringir apenas a uma suposição de sensibilidade e experiência dos profissionais. É necessário ser apoiado por métodos técnicos, como a abordagem objetiva. Além disso, não se pode considerar apenas a aplicação de dados estatísticos, pois, segundo Ludícibus (2016, p. 164), “nenhum critério estatístico, mesmo que extremamente relevante e apropriado, pode substituir o julgamento, a sensibilidade e a experiência do analista”.

As dificuldades mencionadas para a obtenção de recursos financeiros em quantidade adequada ao projeto empresarial geralmente começam já na fase de planejamento da operação. Isso ocorre ao se formalizar e estabelecer a estrutura básica necessária para o seu funcionamento. Alguns agentes financeiros que disponibilizam produtos destinados a micro e pequenas empresas, seja através de orientação estratégica ou de apoio governamental, como agências de fomento e instituições financeiras vinculadas aos governos federal ou estadual, têm limites bem definidos para a concessão de crédito. Esses limites costumam ser direcionados principalmente para financiamento de bens de capital, sem oferecer opções para o capital de giro. Por essa razão, o problema da falta de caixa nas micro e pequenas empresas continua a ser um desafio, comprometendo sua competitividade.

Entre as principais razões que levam os agentes financeiros a hesitar em financiar o capital de giro das micro e pequenas empresas está o risco de inadimplência, que é considerado elevado nessas organizações. A análise visa à adequação e a possibilidade em ceder o crédito trabalhando com a minimização dos possíveis riscos que a operação possa ter. Nessa hora todas as informações possíveis para a melhor análise devem ser medidas para que se exista a maior certeza do pagamento futuro da operação. Ela deverá ser realizada de forma racional, planejada e objetiva, lembrando que a concessão do crédito remete-se à confiança (JERONIMO

e PRAZERES, 2015).

Normalmente, as pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades em conseguir financiamento de instituições de fomento, uma vez que estas requisitam garantias reais (como bens móveis, veículos, imóveis, etc.) que ultrapassem o montante a ser liberado. As taxas de juros disponíveis no mercado costumam ser de 3% a 6% ao mês, mais altas do que aquelas que as grandes empresas conseguem em empréstimos financeiros. Esses juros elevados dificultam a obtenção de pequenas quantias que seriam mais apropriadas à realidade financeira de uma PME. À medida que a empresa diminui de tamanho, a taxa de juros e as garantias solicitadas tendem a ser maiores, tendo em vista que elas apresentam um risco mais elevado de inadimplência quando comparadas a grandes empresas que possuem um bom histórico financeiro e potencial no mercado. Entretanto, a grande quantidade de pequenas e médias empresas no mercado deveria levar os órgãos de fomento a se preocuparem mais com a elaboração de políticas de financiamento focadas na geração de capital de giro.

Assim, a dificuldade enfrentada por micro e pequenas empresas em fornecer dados sobre sua situação operacional e financeira é um dos obstáculos para obter financiamentos através de fundos e programas, onde, de acordo com Morais (2006), a falta de documentação intensifica a assimetria de informações. Além disso, há o desafio de cumprir com as exigências relacionadas a garantias reais.

Conforme o levantamento bibliográfico realizado, 80% dos empreendedores utilizam algum tipo de produto de crédito, como cartões de crédito, cheque especial, financiamentos, antecipação de duplicatas, empréstimos e recebíveis antecipados. Dentro deste conjunto, os dois primeiros itens se sobressaem, pois abrangem 45% dos empresários. Ao analisar as razões para buscar crédito, ficou claro que, mesmo sentando juntos para dialogar, as perspectivas das partes envolvidas sobre o tema são bastante diferentes.

3.6 Panorama exploratório sintético das principais teorias e conceitos que sustentam a análise do papel da educação financeira no endividamento das empresas.

Nesta secção serão apresentada resumidamente todas as teorias e conceitos apresentados pelos autores contemplados ao longo da construção do referencial

tórico dessa pesquisa de revisão bibliográfica. Para a síntese dos resultados apresentados no referencial teórico foram contemplados os trabalhos de pesquisa realizados em diversas décadas, porém foram destacados apenas aqueles publicados nos últimos cinco anos (2020-2025).

Tabela 3. Resumo dos resultados apresentados no referencial teórico por assunto e autores.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA (EF)	
Principais Autores	Síntese dos Resultados encontrados
1	Mendes et al., 2025; Soares et al. 2023; Velho e Nunes, 2021; Senhoras, 2020; Barbato et al., 2023; Damasceno Neto et al., 2025.
MEI, MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL	
2	Dias e Bressan, 2023; SEBRAE, 2020; Silva e Zitta, 2025.
GESTÃO FINANCEIRA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	
3	Feitosa et al., 2024; Mendonça et al. 2025; Guedes et al., 2021; Vieira et al., 2021; Silva e Balle (2025); Pires, 2024.
INADIMPLÊNCIA	
4	Valentim et al., 2022; Silva et al., 2025; Vasconcelos et al., 2025; Aiache, 2022; Zica e Martins, 2025.
CONCESSÃO DE CRÉDITO	
5	Feitosa et al., 2024; Müller e Pinto, 2020; Feitosa et al., 2024; Praia et al., 2021; Lima Amorim e Camargos, 2021; Amaral e Iquiapaza, 2020; Santos et al., 2024; Ganzela; Agreli e Dutra, 2023; Silva Soares, 2024.

Fonte: o próprio autor

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação dos critérios técnicos de concessão de crédito se dá por meio de análise documental, análise de negócio e análise cadastral, contábil e financeira. Por fim, entre as estratégias utilizadas por empresas para a aprovação e concessão de crédito são identificados: sistemas próprios, sistemas terceirizados e o *Credit Score*. Além disso, as técnicas de gestão de crédito, como os 5Cs (caráter, capacidade, capital, colateral e condições) protegem as instituições financeiras contra a inadimplência e promovem um ambiente propício para decisões de investimentos mais seguras.

Com base no estudo feito sobre a administração financeira em micro e pequenas empresas, foram identificados pontos significativos sobre os efeitos prejudiciais da ausência de informações contábeis corretas e da dificuldade dos gestores em interpretar e tomar decisões a partir dos dados que possuem. Essas consequências impactam diretamente o rendimento e a continuidade dessas empresas, principalmente no que diz respeito à conquista de empréstimos bancários e à gestão eficaz dos recursos financeiros.

Por fim, acredita-se que o estudo foi relevante, uma vez que possibilitou o aprimoramento da análise e concessão de crédito para pequenas e microempresas, permitindo mostrar a importância da aplicação de políticas de crédito nas empresas, tendo como resultado a diminuição dos casos de inadimplência que afetam diretamente o capital de giro destas.

Ainda são considerados escassos os estudos que tratam sobre essa temática, tornando o banco de dados limitado para a exploração das informações necessárias à elaboração dessa revisão de literatura.

Sugere-se como futuras pesquisas dentro da temática, a aplicação deste estudo de forma prática em uma instituição financeira, vislumbrando-se quais as principais dificuldades observadas na instituição em suas atividades de gestão e análise de crédito.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **CNC: Brasil encerrou 2021 com recorde de endividados.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/cnc-brasil-encerrou-2021-com-recorde-de-endividados>
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/cnc-brasil-encerrou-2021-com-recorde-de-endividados>. Data de Acesso: 10 de junho 2025.
- ALVES, C.C.S. **Construção do conhecimento financeiro no contexto da nano, micro e pequena empresa: um estudo multicasos.** 2017.
- AMARAL, Gustavo Henrique de Oliveira; IQUIAPAZA, Robert Aldo Determinantes de Inadimplência e de Recuperação de Crédito em um Banco de Desenvolvimento Base. **Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, vol. 17, núm. 3, 2020.
- ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103-121, 2018.
- ARAÚJO, Fernanda Pereira et al. Percepção sobre a gestão financeira em empresas do setor do agronegócio. **Revista Conhecimento Contábil**, v. 13, n. 1, 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária, 2022.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2022p.pdf>. Data de Acesso: 16 de Agosto de 2025.
- BARBATO, N.; GUEM MURAKAMI, R.; ANDRADE COSTA, B. O papel da educação financeira no mundo globalizado. **Revista de Inovação e Tecnologia - RIT**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 2, p. 62–78, 2023.
- CARDOSO NUNES, L.; VELHO, C. Investimento como alicerce da educação financeira: uma análise da percepção dos discentes de cursos da universidade federal do rio grande do sul. **Revista de contabilidade dom alberto**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 59–92, 2022.
- CORCINO, K. F.; SILVA, F. A. da; MACHADO, M. J. de O. ; SILVA, T. F. da C. e .; DUTRA, J. T. de O. Impact of financial education on the entrepreneurial motivation of micros and small entrepreneurs in Camaragibe-PE. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 17, p. e26111738418, 2022.
- COSTA, E. S.; AQUINO, L. M. A.; DEMARCHI, L. **Gestão Financeira.** Rede e-Tec Brasil-Ministério da Educação. Universidade Federal do Mato Grosso.p. 134, 2018.
- DAMASCENO NETO, A. R.; SOUZA, L. A. C.; COSTA, M. P. ; LIRA, D. M. DE; OLIVEIRA, A. X. S; LINS, G. O. Educação financeira e matemática no ensino fundamental: estratégias para uma aprendizagem significativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 1279–1289, 2025.

DIAS, C. O.; BRESSAN, V. G. F.; SOUZA, G. H. D. Análise da Percepção dos Gestores de Micro e Pequenas Empresas sobre as Cooperativas de Crédito. **Práticas em Contabilidade e Gestão**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023.

FEITOSA, Marcus Fábio Mendes; CAMPOS, Edmilson Soares; DOS SANTOS, Tiago Mota; FEITOSA, Gabriela de Oliveira. Uma ausência não sentida? Informação contábil e sobrevivência das micro e pequenas empresas. **ARACÊ**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 14011–14036, 2024.

FIGUEIREDO, C. O., CARVALHO, J. F. S., CAMPOS, A. C., DA CRUZ TEIXEIRA, J., & RODRIGUES, M. E. M. Treinamento e desenvolvimento: a importância da capacitação contínua para o sucesso de empresas de contabilidades em Passos (MG). **Revista Vianna Sapiens**, v. 16, n.1, p.24-24. 2025.

FIORI, D. D.; MAFRA, R. Z.; FERNANDES, T. A.; BARBOSA FILHO, J; NASCIMENTO, L. R. C. O efeito da Educação Financeira sobre a Relação entre Adimplência e Trabalhadores na Cidade de Manaus. **SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 31–46, 2018.

GANZELA, Danthon Henrique Pires; AGRELI, Lucas Carvalho; DUTRA, Júlio Afonso Alves. Gestão e análise de crédito nas instituições financeiras cooperativas. **Brazilian Applied Science Review**, v. 7, n. 2, p. 513-528, 2023.

GOEKING, Weruska. Apenas 3% dos brasileiros investiram em ações em 2020 e a média aplicada caiu 31%. **Valor Investe**. São Paulo, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2021/01/15/apenas-3percent-dos-brasileiros-investiram-em-aco-es-em-2020-e-media-aplicada-caiu-31percent.ghtml>

GUEDES, D.S. et al. Relação do desempenho econômico-financeiro das empresas do agronegócio da b3 e os ciclos econômicos. Redeca, **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos**, v. 8, n. 1, p. 128-143, 2021.

INSPER, “**Pesquisa Global Sobre Educação Financeira: S&P Finlit Survey**” - Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-financas/parcerias/educacao-financeira/.2016>.

JERONIMO, Matheus Tortorelli; PRAZERES, Fabiano Siqueira dos. A Inadimplência e a liberalidade das linhas de crédito: um estudo de caso em uma instituição financeira. **Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos**, v. 8, n. 1, p. 4-29, 2015.

KLEIN, L.; ALMEIDA, L. B. A influência dos fatores contingenciais na adoção de práticas de contabilidade gerencial nas indústrias paranaenses. **Revista Universo Contábil**, 13(3), 90-119, 2017.

- LACOMBE, F. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- LUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade comercial**. Imprensa: São Paulo, Atlas, 2016, 469p.
- MACIEL, Harine Matos; MACIEL, Wlisses Matos. Análise da inadimplência em uma instituição financeira na região metropolitana de fortaleza. **Essentia-Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia da UVA**, v. 16, n. 2, 2015.
- MAUES, Carlos Benassuly. Panorama da inadimplência do FNO na Amazônia legal. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 9, p. 353-366, 2018.
- MENDES, F., & CARVALHO, A. C. G. Análise do regime de tributação como planejamento tributário nas micros e pequenas empresas. **Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática**, v. 11, n.1, p.1-16, 2025.
- MENDES, L. J.; ANIZOR, O. F.; SANTOS, J. H.; OLIVEIRA, E. A. de; DA SILVA, S. D.; BARROS, M. F. H.; BERTELLI, F. G.; PEREIRA, J. A.; FAKINE, M. G. Educação financeira e o desenvolvimento de hábitos de investimento: desinformação entre jovens brasileiros sobre criptomoedas e investimentos digitais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 257–270, 2025.
- MENDONÇA, J. S.; SILVA, M. A.; SILVA, E. M.; RAMOS, J. E. S.; BORBA, M. C. Educação financeira na gestão empresarial: um estudo sobre as micro e pequenas empresas no centro comercial de Parauapebas/PA. **REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 285–305, 2024.
- MENEZES, S. C. G.; SEABRA, I. C. N. Análise das demonstrações financeiras: avaliação de desempenho financeiro de três empresas do setor varejista. **Amazon Business Research**, [S.l.], n. 3, p. 72-91, mar. 2025.
- MIGUEZ, V. B., & LEZANA, A. G. R. Empreendedorismo e inovação: a evolução dos fatores que influenciam o empreendedorismo corporativo. Navus: **Revista de Gestão e Tecnologia**, v.8, n.2, p.112-132, 2018.
- MOTERLE, S.; WERNKE, R.; JUNGES, I. Conhecimento sobre gestão financeira dos dirigentes de pequenas empresas do Sul de Santa Catarina. RACE - Revista de Administração, **Contabilidade e Economia**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 31–56, 2019.
- MÜLLER, Andressa Petry; PINTO, Nelson Guilherme Machado. Inadimplência no setor Varejista: análise da política de cobranças em uma empresa de Palmeira das Missões-RS. **Revista de Administração da UEG (ISSN 2236-1197)**, v. 11, n. 1, p.

104-121, 2020.

NASCIMENTO, K. C. R., & RESENDE, A. R. Os desafios e perspectivas atuais dos empresários nas contratações de colaboradores qualificados em Minas Gerais. **REVISTA FOCO**, v. 18, n.2, e7643-e7643, 2025.

NETO, T. C. Q., & OLIVEIRA, J. Títulos de crédito e juizados especiais: um estudo sobre a competência para julgar processos das empresas de pequeno porte, independente do regime tributário. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n.63, p.411-435, 2025.

PALMEIRA PIRES, S. Um estudo sobre a gestão financeira em micro e pequenas empresas na Quarta Colônia. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 394–421, 2024.

PEIXE, Deuclesio. **O Panorama das pequenas e micro empresas na captação de crédito bancário no município de Pato Branco**. 2019. 46 f. Monografia (Especialização em Gestão Contábil e Financeira). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019.

PRAIA, Sheila Barbosa; OLIVEIRA, Ian Soares; CAVALCANTE, Zuila Paulino. Análise das Demonstrações Contábeis para contratação de empréstimos bancários. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 5, p. 208-225, 2021.

QUATORZE, C.C.P.; SANTOS, D.F.L. Inovação, desempenho financeiro e criação de valor: uma análise das empresas do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 12, n. 2, p. 321-338, 2021.

ROCHA, K. F. L. da; LIMA, M. de S. A importância da educação financeira: empresas de pequeno e médio porte. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 6, p. 1462–1477, 2023.

RODRIGUES, A.; FREITAS, C. R. de; FREITAS, C. L. de. Educação financeira para jovens e adultos: um estudo sobre conhecimento, endividamento e impacto psicossocial. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 10, p. e4353, 2024.

ROSINI, A. M. et al. Educação Financeira, Consumo e Sustentabilidade Ambiental. **Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**. v. 1, nº. 1, p.1-12, 2015.

SANTOS, C. A. F., & SANTOS, P. P. Os desafios do processo empreendedor feminino: um estudo na Rede de Empreendedoras Restinga S/A (Porto Alegre-RS). **Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec**, v. 11, n.1, p.94-116, 2025.

SANTOS, Jayne Souza. A relação entre gestão de crédito e análise de investimentos:

uma análise dos riscos e vantagens. **Caderno Acadêmico Unina de Tecnologia, Sociedade e Negócios**, v. 1, n. 3, 2024.

SANTOS, R.; SILVA, F.; LEAL, R. Educação financeira para empresários: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Financeira**, v. 7, n. 2, p. 12-28, 2019.

SANTOS, V., DOROW, D. R., BEUREN, I. M. Práticas gerenciais de micro e pequenas em-presas. **Revista Ambiente Contábil**, v.8, n.1, p. 153-186, 2016.

SEABRA, I. C. N. **E-book de Administração Financeira Orçamentária**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2019 (e-Book com distribuição gratuita).

SEBRAE. **Confira 5 ERPs gratuitos para utilizar no seu negócio**. Portal SEBRAE. São Paulo, 22 de agosto, 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/confira-5-erps-gratuitos-para-utilizar-no-seu-negocio,f8bf788855ba2810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 22 de março de 2025, 21:16.

SEGURA, L. C.; MOLINI, L.; FERREIRA, C. Análise de Crédito: um estudo exploratório sobre a sua aplicação nos setores industrial e financeiro. Redeca, **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos**, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 2, p. 58–76, 2016.

SILVA, Fabrício Martins Carvalho; CARVALHO, João Francisco Sarno; CARVALHO, WALLACE DA SILVA. Tomada De Decisão E Finanças: Aplicação De Uma Ferramenta De Controle Financeiro Em Uma Microempresa Varejista. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 10, n. 1, p. 85-103, 2025.

SILVA, G. L.; BALLE, A. R. Management system and its comparison with operational efficiency: a case study in a mining company. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 9195–9216, 2025.

SILVA, S. L. L.; RODRIGUES, Q. C.; PIANA, J.; ALVES, M. C.; GENARO, C. D. M.; VELOZO, A. F.; CAVICCHIOLI, Z. F. Levando a educação financeira para a comunidade: o papel da extensão universitária. **Revista Extensão**, v. 9, n. 1, p. 84-93, 6 fev. 2025.

SILVA, T. C. da; ZITTA, M. R. Ferramentas da gestão financeiras para micro e pequenos negócios na Fazenda Rio Grande/PR: estudo de caso comparativo entre duas distribuidoras. **Revista Multidisciplinar do UniSantaCruz**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2025.

SILVA, V. H. S., & SOUSA VALENTE, M. Sistema de gerenciamento empresarial. **Revista de Engenharia, TI e Inovação**, v.2, n.1, p.1-13. 2025.

SOARES, Andrenia et al. Política de crédito e cobrança e sua implementação assertiva: estudo de caso em uma empresa de médio porte. **Humanidades e**

tecnologia (FINOM), v. 47, n. 1, p. 299-328, 2024.

SOARES, G. A. D. .; ROSA, K. C. S.; FERREIRA , M. S. Â.; CABRAL , Â. G.; JACQUES, T. de C.; ÂNGELO, R. de C.; MASCARENHAS, M. P. A educação financeira na vida dos estudantes de administração de empresas: um estudo em uma instituição de ensino superior. **Libertas: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2023.

TOLEDO, E. **Saiba mais para gastar menos: aprenda a desenvolver sua inteligência financeira**. São Paulo: Alaúde, 2012.

TOMIO, Bruno T.; MONTEIRO, Johnny W.; ZUMMACH, Franklin C. Determinantes da mortalidade de empresas em Santa Catarina: o papel da inadimplência. **Revista Catarinense de Economia**, v. 1, n. 1, p. 52-71, 2017.

VALENTIM , M. E. C. ., DE MELO , G. C. V. ., BENTO , F. J. DA S. ., REGO FILHO , F. S. ., RÊGO , S. M. DE O., COSTA , Y. P. D. ., & DE MORAIS , L. A. Gestão financeira e inadimplência: uma análise do endividamento de clientes de uma empresa do Alto Oeste Potiguar. **Revista De Gestão E Secretariado**, v.13, n.4, p.2009–2030, 2022.

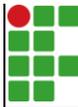
VASCONCELOS, Ana Lívia Araújo et al. Fatores que influenciam o Endividamento e a Inadimplência no Setor Têxtil da cidade de Toritama-PE, à Luz das Finanças Comportamentais. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 6, n. 1, p. 1346-1368, 2025.

VIEIRA, E. G. Levantamento bibliográfico sobre o método Cinco C's de Crédito. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da FAIT**.v.2 n. 2., 2017.

VIEIRA, G. A., LUCAS, F. F., GOMES, C. F. S., & SANTOS, M. Análise prospectiva do mercado de capitais brasileiro pós-covid19: uma visão macroeconômica. **Revista SIMEP**, v.1, n.1, p. 79-93, 2021.

WANG, L. P., DE ASSUMPÇÃO, M. L. P., BOTELHO, J. P. M., DE VASCONCELOS COSTA, G. M., PAKES, P. R., & VICENTIN, D. C. (2025). Análise dos Desafios do Marketing Digital: Estudo de Caso em uma Empresa de Assessoria de Marketing. **Revista de Gestão e Secretariado**, v.16, n. 4, e4833-e4833. 2025.

ZICA, R. M. F., & MARTINS, H. C. Fatores limitantes, potencialidades e ciclo de vida de pequenos negócios: a proposta de um modelo teórico empírico. **Revista Liceu On-Line**, v.15, n.1, p.20-41, 2025.

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus João Pessoa - Código INEP: 25096850
	Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, CEP 58015-435, João Pessoa (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0002-56 - Telefone: (83) 3612.1200

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

ENTREGA TCC - FELIPE CABRAL CAVALCANTI

Assunto:	ENTREGA TCC - FELIPE CABRAL CAVALCANTI
Assinado por:	Felipe Cavalcanti
Tipo do Documento:	Anexo
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Felipe Cabral Cavalcanti, ALUNO (20162460046) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA, em 30/08/2025 00:42:52.

Este documento foi armazenado no SUAP em 30/08/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1591599

Código de Autenticação: 5db602c040

